

## CORPO, PESSOA E ORDEM SOCIAL

Zandra Pedraza Gómez\*

Tradução: Simone Andréa Carvalho da Silva\*\*

### Resumo

Este artigo analisa a relação existente entre experiência individual, estrutura social e o mundo simbólico, isto é, a maneira como os hábitos do corpo introduzem a pessoa na organização social e política e como o corpo é instilado através da socialização com os princípios da interpretação simbólica que sustentam a ordem social. O artigo discute alguns aspectos do corpo como um fato antropológico e epistemológico, e em seguida o caráter histórico das noções relativas a corpo e experiências corporais. Também investiga a maneira como o uso do corpo e sua educação adquirem um significado particular sob modernos regimes biopolíticos e fornece reflexões a respeito de alguns dos mais influentes regimes de discurso sobre o corpo na América Latina.

### Palavras-chave

Corpo, biopolítica, organização social, modernidade.

### Abstract

*This paper considers the relationship between individual experience, social structure and the symbolic world. e.g. the way in which the body habitus introduces the person in the social and political organization and how the body is instilled through socialization with the principles of symbolic interpretation which sustain social order. The article discusses some aspects of the body as an anthropological and epistemological fact, and thereafter the historical character of the notions concerning body and body experiences. It considers the way in which the body use and its education acquires a particular sense under modern bio-political regimes and it includes reflections on some of the more far reaching discourse regimes on the body in Latin America.*

### Key-words

*Body, biopolitics, social organization, modernity.*

Este ensaio considera a relação entre experiência individual, tecido social e mundo simbólico, ou seja, busca analisar como o *habitus* corporal enlaça o indivíduo na trama social e política e de que maneira, com a socialização, são instalados no corpo os princípios de interpretação simbólica que servem de sustentáculo à ordem social. Com esse propósito, discutirei alguns aspectos do corpo como fato antropológico e epistemológico, e, na seqüência, o caráter histórico das noções sobre o corpo e sobre as experiências corporais. Procuo com isso esclarecer que a condição somática – a saber, aquela que é derivada da existência biológica do corpo – não garante nenhuma qualidade universal e que as práticas que intercalam e compõem o corpo devem ser necessariamente consideradas em relação ao modo de interpretá-las e de canalizar seu sentido. Em função disto, examino e considero a forma em que o uso do corpo e sua educação adquirem um sentido particular para os regimes biopolíticos da modernidade e o mundo contemporâneo, em cujo seio a compreensão, as experiências e as expressões sobre o corporal resultam fundamentais para o ordenamento simbólico e social. Neste sentido, reflito sobre três dos regimes discursivos de maior alcance na América Latina, a fim de ilustrar a concatenação entre o corpo, o indivíduo e a sociedade.

## 1.

A posição destacada que o corpo vem ocupando nas últimas décadas revela, mais do que o corpo mesmo, a ordem social e simbólica fundada por meio dele no decorrer dos séculos XIX e XX. Esta presença do corpo, que na teoria social vem sendo debatida principalmente a partir da década de 1980, é um pilar da formação individual, da organização social e do ordenamento simbólico, cujo fortalecimento está vinculado às formas de vida modernas e ao horizonte de sentido no qual se desenvolvem esses três aspectos. Essa potência provém do fato de ter outorgado ao corpo a capacidade de ordenar fática e simbolicamente a sociedade moderna, mediante um processo que estabelece categorias e aponta para a eliminação da ambigüidade, com a finalidade de destacar no corpo a essência, a função e o lugar das pessoas. Esta tarefa não possui tanto o propósito de expor o acervo emocional, intelectual ou espiritual, mas o de ordenar a complexidade social com base na qualidade que o corpo tem de ser translúcido e num aparato de sanções estéticas e morais julgador de tais imagens.<sup>1</sup> Em torno do corpo, as sociedades modernas têm feito um enorme esforço cultural<sup>2</sup> para conciliar, nas diferentes perspectivas que o caracterizam, um conjunto de tarefas afetivas, cognitivistas, intelectuais, conscientes e inconscientes,

práticas e emocionais, cujo resultado foi o fato de que o corpo, já durante todo o século XX, ocupasse uma posição privilegiada para a compreensão e a produção do humano, do social, do político e do simbólico.

A disposição e a interpretação das tarefas e dos hábitos corporais que constituem a vida cotidiana revelam os princípios ideológicos, cuja condição se naturaliza precisamente por envolver o corpo. O caráter evidente e indiscutível dos costumes, o fato de que o corpo se nos apresenta como entidade óbvia – pura realidade –, resultado de um longo e complexo processo de naturalização que a faz inquestionável, concede uma condição natural, entre outras, às diferenças entre os sexos e aos processos de exclusão a que dão lugar; às distinções entre crianças, jovens, adultos e idosos, o mesmo que faz desnecessário esclarecer as diferenças entre grupos étnicos e raciais, camponeses e habitantes da cidade, pobres e ricos ou bonitos e feios. A naturalidade com que se expõem no corpo as diferenças permite que a ordem social e simbólica que elas acarretam, ao mesmo tempo que as produzem, resulte indiscutível, bem como encobre a história que nos levou a reconhecê-las sem semear uma ponta sequer de dúvida sobre a sua validade. Esta homologação epistemológica provém de uma percepção do corpo, que elimina toda a incerteza de sua superfície e de seus componentes emocionais<sup>3</sup> mediante um trabalho de interpretação, um esforço cultural no qual as diferenças com respeito ao padrão que se percebe como natural se consignem em categorias que as possam denegrir moral ou esteticamente.

Considerarei duas das vias em voga para propor categorias, conceitos e teoria social em relação ao corpo. Na primeira, é necessário começar (como foi feito aqui) identificando o lugar central que o corpo ocupa nas civilizações industrializadas de orientação capitalista, cuja evolução na atualidade se interpreta sob a effigie de sistemas expertos e a assimilação individual de padrões de autocontrole e *autopoiesis* – num ato que assinala seu caráter histórico. Em seguida, é preciso reconhecer que também este lugar e a composição do corpo em seu interior resultaram de processos reguladores de longa duração, da forma como delineia o trabalho de Norbert Elias e como fenômenos que iluminam a ação e a dinâmica do processo modernizador. Neste veio, prospera a sociologia do corpo, amparada por noções elaboradas nas obras de Foucault e Bourdieu, entre outros, mas na qual, com uma certa frequência, o papel do corpo se reduz à função de um operador discursivo<sup>4</sup> que deixa sem sustentação a possibilidade de apreendê-lo como o substrato da vida humana e não como um lexema. Aqui se alinham as visões das diferentes aproximações cujo principal interesse é captar a incidência do conhecimento acadêmico e científico e, em linhas gerais, dos sistemas expertos sobre o corpo (medicina, biologia, genética, tecnologias cibernéticas) e colocar em evidência a relação entre a constituição e a compreensão do corpo, o desenvolvimento das disciplinas acadêmicas e o conhecimento científico-tecnológico.

O esforço por captar em seu conjunto as forças que atuam no e a partir do corpo está praticamente ausente. Essas forças adquirem nele (corpo) um valor simbólico e perfilam a sociedade ao indivíduo. O corpo aparece então como um recurso pobre, carente da qualidade vital que é sua condição primordial.

Por meio da segunda via, deve-se considerá-lo, em qualquer situação, como parte de um pensamento antropológico que lhe atribui papéis distintos na construção do indivíduo e da sociedade. Aqui é imperativo pensar o corpo como substrato absoluto da vida humana e objeto hermenêutico que não se pode descartar.<sup>5</sup> Neste caso, inclina-se a uma orientação transdisciplinária<sup>6</sup> que não reproduza dualidades do tipo corpo/alma e natureza/cultura, ou reduza a aproximação ao corpo, ao produto de orientações acadêmicas particulares que o condenam à medicabilidade, ao consumo, à produção e ao automatismo.<sup>7</sup> Propende-se à orientação que atenda ao valor do corpo como assunto antropológico ou como eixo de um sistema de representação em que navegam e interatuam discursos, saberes e ideais que não falam exclusivamente do corpo, mas sobretudo das tendências das formações sociais, do papel dos indivíduos nelas e do que lhes cabe aí aos usos e práticas corporais, considerações histórico-antropológicas com base nas quais se pode formular uma teoria sobre o corpo. Neste caso, o corpo aparece também como um recurso privilegiado para compreender a relação entre estruturas sociais e simbólicas e a ação individual, e é aí que se conjugam as orientações históricas com as etnológicas e antropológicas, sempre que se possa preservar a qualidade vital do corpo e sempre que não se dissequie em categorizações teóricas.

As vantagens de ocupar-se do corpo, fazendo ouvidos moucos às preferências de aproximações disciplinárias particulares, provêm de concebê-lo desde sua característica mais inquestionável: ser a essência que organiza a vida em si – a individual e a social – e o expoente de características que o fazem objeto de determinadas atenções e lhe aplicam valores particulares, tanto para a vida individual como para a social e a cultural, em torno de fatos como o nascimento, o crescimento, a alimentação, as práticas sexuais, a reprodução, a doença, a raça, a dor, as emoções, o movimento, o trabalho, a aprendizagem, o vestuário ou a morte, enfim, tudo que compõe a vida das pessoas, o desenvolvimento das sociedades e o ordenamento cultural. Apreciar o corpo por meio das acepções histórico-antropológicas de suas propriedades e necessidades atende, de maneira mais cabal, aos fatos em torno dos quais está construída a vida humana, organiza-se a sociedade e se produz sentido.

Durante os dois séculos no decorrer dos quais o corpo experimentou tanta atenção – conhecido por nós como modernidade –, determinados discursos têm sofrido um processo inflacionário que nos levou a produzir campos semânticos de riquezas mais vastas que

aquelas desenvolvidas nos meios acadêmico e científico dos quais provêm. O caso mais estudado é o da medicina, mas também cabe aqui citarmos a pedagogia, a economia e a psicanálise. Este fenômeno faz que, na modernidade, o significado do corpo e as percepções que se tem dele se confundam e praticamente estejam reduzidas às que se podem captar por meio dos discursos médicos, econômicos, pedagógicos ou psicanalíticos, que é a corrente central da sociologia do corpo. Requer-se um esforço em outra direção para que percebamos a cultura somática em uma dimensão mais ampla, em que a compreensão do pensamento sobre o ser humano possa interessar-se por seu caráter histórico e hermenêutico, assim como pelas permanências das determinações biológicas – incluindo, por exemplo, as neuro-fisiologias –, como elementos em torno dos quais a vida humana se compõe e adquire sentido, e que influem na disposição das categorias fundamentais da existência.

Não se trata de abordar o corpo como um problema – quase um obstáculo – que a sociedade busca regular, restringir ou reprimir, mas de considerar que, a partir e em torno de suas necessidades e imposições, bem como da interpretação e da pressa com que as reconheça, está disposta a sociedade e seus sistemas de representação simbólica. Isso significa entender o corpo como ele é percebido e vivido, sabedores de que tal compreensão e vivência estão também constituídas por conhecimentos científicos e acadêmicos, por saberes populares e tradicionais assim como por atitudes e formas particulares com as quais local, grupal e pessoalmente se vive.

Se pensarmos as dimensões invariavelmente referidas ao corpo – tais como o tempo (cujas expressões e marcos corporais são o nascimento, a morte, as idades e as cronologias), o espaço (traduzido na habitação ou nas noções de entorno, território e âmbitos), o sexo (que se mostra na reprodução, nas idéias de gêneros, na concepção sobre a sexualidade ou nos padrões de criação), a identidade (contida nos princípios que definem grupos, classes, raças e, em linhas gerais, os esquemas de taxonomia social e os princípios que fixam a alteridade), a alimentação, o abrigo ou o movimento –, abre-se então uma perspectiva que compreende e explica o corpo partindo das imposições que sua própria natureza (em seu duplo e antigo sentido de *natura naturata* e de *natura naturans*) lhe faz ao ordenamento social e diante do qual os sistemas de representação social do corpo resultam inteligíveis.

Assim mesmo, é possível atender aos condicionamentos que determinadas disposições sociais introduzem no corpo e em sua compreensão. Este não é um passeio propenso a simplificar e generalizar, mas a apreender a complexidade da experiência e do pensamento como produto do caráter hermenêutico da atividade humana. A opção que emerge deve conceber que a vida é uma experiência que se tem com e no corpo, que esta característica permite uma forma primeira de reflexão que encara o indivíduo e o aspecto corporal,

da qual deriva uma disposição de vida concebida em comunhão, e que não é possível criar e construir os conceitos de ação e de pensamento, tal como o conhecemos, sem a dimensão corporal.<sup>8</sup>

Nos usos, práticas e representações jaz, então, a condição da possibilidade de construir-se um acervo teórico sobre o corpo.<sup>9</sup> Nos usos e expressões corporais e nas múltiplas formas de expressões lingüísticas que explicam, configuram e interpretam tais práticas, encontram-se as opções metodológicas que podem conduzir a uma explicação do sentido social do corpo. É na relação constante com as práticas e as experiências corporais em que ganham vida os múltiplos discursos, os quais, como vetores éticos e morais, como conhecimentos acadêmicos e científicos e como disposições estéticas e estéticas, as configuram e fazem apreensíveis. E é através dos recursos retóricos e semânticos que caracterizam esses discursos que é possível identificar os ideais e as apreensões que perfilam um sistema de representação social do corpo, assim como as ordens sociais que são instauradas e se fazem legíveis e transmissíveis nas práticas corporais.

2.

A condição física, material do corpo,<sup>10</sup> aquela que nos faz lembrar de fenômenos como o nascimento, o crescimento, a doença e a morte; o funcionamento do organismo que se faz evidente na respiração, na digestão, na reprodução ou na multiplicidade de fatos orgânicos; e as necessidades de alimentação, sono, abrigo, contato físico e sexo, todos esses aspectos, entre muitos outros, poderiam induzir-nos a pensar o corpo como uma entidade constante e inquestionável. Vistos desta forma, feita esta constatação, devemos admitir que só isso é imutável nele. As maneiras pelas quais esses fatos são entendidos, tratados, educados e praticados, remetem a uma infinita diversidade. Assim, a constante, que num sentido representa o corpo na vida humana, não se esgota ao defini-lo como elemento físico da nossa condição humana. A forma mesma em que tal condição é concebida e realizada está sujeita a fenômenos que escapam por completo à índole material do nosso ser e remetem imediatamente ao caráter cultural e social do corpo.

No caso específico das configurações culturais particulares à antropologia da modernidade, cabe destacar o sentido do corpo nela presente. É frutífero entender a modernidade com base no deslocamento sofrido pelo eixo ontológico do indivíduo e o vínculo deste fenômeno com os princípios de ordenamento social. Nos últimos dois ou três séculos, conforme tenham sido os desenvolvimentos particulares da modernidade, reconhece-se no corpo uma entidade que passou a ocupar o núcleo ontológico em detrimento da alma, praticamente desaparecida da antropologia moderna.<sup>11</sup>

Os fatos que demonstram esse deslocamento podem ser resumidos afirmando-se que o indivíduo moderno se concebe como resultado da gestão social iniciada com a educação do corpo e sua inserção na linguagem, que atrai o interesse fundamental dos discursos e das práticas orientadas a dar-lhe uma forma particular ao ser humano: a pedagogia, a higiene e a saúde, as diversas modalidades da educação física e todas as disciplinas e saberes interessados em educar a criança, de modo particular, e o adulto, de maneira geral. Seu denominador comum está centrado na ocupação do corpo com a finalidade de formar e afetar, por seu intermédio, outras entidades que se reconhecem no ser humano moderno, sejam estas o espírito, o intelecto ou a mente.<sup>12</sup> Sem dúvida há aqui uma relação direta com o arraigamento dos princípios anatomopolíticos e biopolíticos próprios dos regimes estatais criados com as sociedades modernas. É somente no marco das obrigações que o Estado moderno adquire com respeito à preservação e ao melhoramento da vida humana que cabe estudar e analisar o apogeu da cultura corporal moderna.

É próprio também da antropologia da modernidade cumprir as tarefas que competem a esses princípios em função de algumas categorias centrais que ordenam aspectos básicos da experiência humana. Tais categorias ocupam um lugar de primeira ordem na definição do *habitus* corporal e, em si mesmas, resultam da ação dos sistemas expertos sobre as formas de compreensão social da realidade. O *habitus* corporal designa disposições, ou seja, maneiras de fazer, duradouras e transferíveis, vinculadas a uma determinada classe de condições de existência, que atuam como fundamento para a produção e o ordenamento de práticas e representações. Bourdieu afirma que tais disposições se ajustam objetivamente a este propósito, sem que seja necessário pressupor uma intenção consciente de interesses, nem um domínio expresso das operações necessárias para consegui-los. Tais práticas e representações – a *hexis* corporal – conformam uma dimensão fundamental do sentido de orientação social, bem como uma manifestação prática da experiência e da expressão do valor da própria posição social.<sup>13</sup> Ao conjugar as concepções e as incorporações do tempo, do espaço, do sexo e da identidade, entendidas como tais disposições, é possível estudar as experiências determinantes da compreensão do indivíduo em sua qualidade pessoal, membro de uma sociedade e cidadão.

A compreensão do *tempo* tem pelo menos duas conseqüências determinantes do ordenamento social moderno. Por um lado, a experiência isócrona do tempo com base em sua medição mecânica com relógios e calendários – um dos fatos fundamentais na realização da subjetividade moderna – ordena o dia-a-dia da vida humana e marca a pauta para as noções de ritmo, eficiência, velocidade e ordem, com que se julga o desempenho pessoal e social. Por outro lado, a maneira como o tempo é experimentado individualmente está vinculada às idades que caracterizam o ciclo vital. A delimitação e a definição de cada

nova idade servem para calibrar as conquistas de cada existência, seus alcances e vazios, do mesmo modo que cada organização sociocultural entende a vida de cada um em sua dimensão temporal. É ilustrativo o particular desenvolvimento que tiveram, na modernidade, categorias relativas à idade, tais como às da infância<sup>14</sup>, adolescência<sup>15</sup>, terceira e quarta idade, assim como os programas estatais destinados à sua atenção. São as diferentes disciplinas sociais, médicas, psicológicas e educativas as encarregadas de determinar o que corresponde em termos físicos, intelectuais, emocionais ou cognitivos a cada uma delas.

A segunda categoria, presente em toda antropologia – o *espaço* –, tem na história da modernidade duas expressões particulares. A consolidação dos Estados-Nação introduziu, como tarefa no desenvolvimento da identidade individual, o sentido de pertença de cada pessoa a uma comunidade definida espacialmente no que denominamos países ou nações. Essa propriedade, sua nacionalidade, imprime uma série de características ao *habitus* corporal, de acordo com a posição que ele ocupa dentro da nação e que a nação atinge com relação a outras na ordem mundial. Em outra perspectiva, o espaço em que se desenvolve a vida individual é concebido na modernidade em termos públicos e privados, com o que se designa um rasgo próprio da subjetividade moderna: o desenvolvimento da personalidade como aquela qualidade de plasticidade que permite ao indivíduo ajustar-se às condições nas quais ou primam as normas da vida pública – a restrição dos impulsos pessoais em favor do bem comum – ou pode alargar-se o foro interno, a saber, o desejo e a liberdade de consciência próprios do cultivo do sujeito moderno. O desempenho, as tarefas e as responsabilidades individuais em cada um desses âmbitos incidem de maneira decisiva em sua *hexis* corporal. Boa parte das sanções que julgam, por meio de noções próprias, a higiene, a beleza, o bom comportamento ou a elegância produz-se em relação ao âmbito no qual se desenvolve a pessoa.

Na atualidade, apesar das diferenças teóricas, não requer maior explicação a afirmação em torno de noções sobre o que é próprio de cada *sexo* e sobre o que o define. Aquilo que produz as idéias sobre o gênero são construções sociais que não podem ser entendidas como corolários do sexo biológico. Não obstante, talvez nenhuma ordem social tenha-se ligado de maneira mais direta ao corpo humano. Para além do ordenamento da procriação e das formas de reconhecimento de parentesco, o sexo de um indivíduo serve para assinalar nele certas particularidades e prescrever limitações. O território delimitado por essas características – tornadas facilmente obrigatórias – é um guia ineludível do comportamento pessoal. Duvidar do sexo ao qual se pertence, ou semear tal dúvida no seio da sociedade, é um dos conflitos mais radicais a que se pode expor uma pessoa.

Seguindo essa mesma linha, pode-se assinalar a forma como as variedades fenotípicas, que conhecemos como *raças*, receberam historicamente atribuições de valores que



serviram para fundamentar a diferenciação e a hierarquia entre os seres humanos, as sociedades e as expressões culturais. As variações na pigmentação, no tamanho e na compleição física, na forma e no volume dos crânios ou na cor dos olhos representam signos que foram entendidos como expressões na medida em que o caráter humano se desenvolveu, considerando-se mesmo que algumas são variantes infra-humanas. As hierarquias que estruturam muitas sociedades e boa parte do ordenamento mundial devem ser entendidas em relação ao valor atribuído historicamente às diferentes raças.

Esses quatro eixos não esgotam as dimensões do ordenamento social que incidem no *habitus* corporal moderno. As emoções, o movimento, a alimentação e a linguagem em si intercalam experiências e representações adicionais que o comprometem intimamente. Contudo, os eixos do tempo, o espaço, o sexo e a raça<sup>16</sup> modelam o *habitus* moderno de formas difíceis de subverter e influem amplamente em outras dimensões antropológicas. O emaranhado dessas ordens e a maneira como são valorizadas as múltiplas expressões dos aspectos assinalados compõem um *corpus* de recursos semânticos e sanções morais e estéticas com os quais a ordem social é instituída e reproduzida.

Dessa forma, na modernidade, o corpo faz-se imanente à subjetividade e converte-se na superfície para a ostentação de todo princípio ético. O corpo tem perdido, nesta evolução, o seu caráter simbólico, abandonado à tarefa de representar a alma para passar a construí-la e, em seguida, à mente. Nesta reviravolta, fez sua a necessidade de formar-se com o intuito de representar a diferença, e para ser a diferença mesma e o principal objeto de sanção social. No corpo e sobre ele devem fazer-se evidentes princípios éticos modernos, que provêm, por sua vez, do catálogo cristão convertido em humanismo: contenção, abstinência, moderação, disciplina, frugalidade e persistência. Todos eles são valores de restrição e economia pessoal que otimizam a abundância e a prodigalidade em termos sociais, e sobre os quais foram erguidos princípios estéticos tais como o bom gosto, o sentido comum, a elegância, a beleza ou a naturalidade.<sup>17</sup>

Nesse sentido básico, produzido pelo corpo e reconhecido nele, os sistemas expertos e sua racionalidade têm exercido uma influência notável. É este o fato que se denuncia ao assinalar o corpo disciplinado, medicado, maquínico, o peso do consumismo e da tirania da divisão simbólica dos gêneros e a sexualidade como lastros que cerceiam a liberdade tanto do corpo como do indivíduo moderno.<sup>18</sup> Apesar disso, no desenvolvimento da modernidade, é precisamente o fracionamento dos discursos morais e expertos o que permite considerar o momento contemporâneo e as novas visões. O predomínio atual dos discursos estéticos e estésicos<sup>19</sup> nasceu da visão do corpo que introduziu o sensacionalismo e da passagem de uma lógica eminentemente racional para outra que, sublinhando a importância da percepção, deu espaço à sensibilidade, à sensibilidade e às suas expressões.

Uma definição teórica do corpo na modernidade deve discutir igualmente a afirmação que sentencia a sua desapareição. Essas visões sucumbem o corpo em altares de exaltação da razão e de uma lógica capitalista ameaçada pelas debilidades e imperfeições do corpo, que paulatinamente corrigem as inovações tecnológicas: órgãos eletrônicos, próteses, implantes e tudo que tenha tendência a apagar a morte eliminando aquilo que seja perecível: a matéria viva. Lyotard mostra a impossibilidade de que o pensamento exista sem o substrato de experiências que compõem o corpo e isento da função que este desempenha no desenvolvimento do pensamento em si. O postulado aqui é que, no lugar de tal desapareição, o corpo ocupa uma posição central na ontologia e na antropologia de todas as formas de realização da modernidade. O que desaparece é a concepção de uma subjetividade nascida do princípio cartesiano “penso, logo existo”, para ser substituída pelo mandato “sinto, logo existo”, ao qual obedecem os discursos pedagógicos que definem a modernidade e nos quais se fundamentam os princípios estéticos e estésicos.

O problema do impulso estético e da ancoragem moderna em seus preceitos pode ser apreciado também como uma possibilidade.<sup>20</sup> Não se trataria, então, somente de um último sinal de decadência ética e de entrega total ao consumismo; pode ser também uma tábua de salvação na qual os princípios estéticos fundados numa subjetividade ampliada, que incorpora a reflexividade estésica, demonstram ser recursos de primeira ordem para a definição não só de identidades, mas também de reivindicações ecossociais da maior importância.<sup>21</sup>

### 3.

Uma das perspectivas que concedem um caráter central ao corpo nas sociedades modernas é a que assinalou Foucault<sup>22</sup> com as denominações de *anátomo-política* e *bio-poder*. A primeira refere-se às formas de disciplinar o corpo individual; a segunda nos remete diretamente à maneira como, com a fundação dos Estados modernos, seus membros concebem a si mesmos como população e são empregadas formas de administração da vida desta povoação. Apesar das origens dessas formas de regulação datarem respectivamente dos séculos XVII e XVIII, Foucault considera que é apenas no século XIX que ambas se unem numa grande tecnologia de poder, que exemplifica paradigmaticamente o dispositivo moderno de sexualidade.

Ao ampliar a consideração de Michel Foucault sobre a aparição da biopolítica, ou seja, o momento de radicalização das formas de regulamento que agregam o disciplinar do indivíduo às formas de controle exercidas pelo Estado, a questão do corpo na América

Latina obriga a algumas reflexões sobre o surgimento mais precoce do biopoder como ato de colonização simultâneo à introdução das formas corretoras do indivíduo, sem as quais não procede uma compreensão biopolítica do governo. As disposições biopolíticas aparecem já nas primeiras formas de aniquilamento e reordenamento dos povos indígenas na América, no primeiro momento do exercício colonial;<sup>23</sup> complicam-se com o deslocamento dos povos africanos escravizados e trazidos ao Novo Mundo e adquirem um terceiro nível com a Independência e o surgimento das repúblicas. A condição de índios, negros e cidadãos de segunda ordem, como a outra cara dos colonizadores, latifundiários e elites republicanas, situa as considerações sobre o governo biopolítico em uma composição estratigráfica desatendida pelo pensamento de Foucault.<sup>24</sup>

Pensar a modernidade latino-americana deve começar por relevar o papel central que teve o corpo em sua configuração. Elementos inerentes à modernidade – tais como a concepção isométrica do tempo, a racionalidade produtiva e o princípio metódico que a oculta, o ato reflexivo, a perda da transcendência, a imposição de sistemas expertos – colocam, de forma clara, que na antropologia moderna o ser humano sabe-se e faz-se a si mesmo, e que esta manufatura acomete-se por meio de e com o corpo. É no corpo que se coloca em funcionamento a racionalidade do trabalho e do tempo, introduzem-se as noções de ordem e método, dá-se uso aos sentidos para a formação individual e ganham vida, literalmente, os conhecimentos científicos que a definem ou o controle populacional que se planeja por meio da estatística e a da demografia, para mencionar alguns dos mais ocorridos.<sup>25</sup>

É possível rastrear e entender a evolução da relação entre corpo e modernidade na América Latina considerando-se alguns dos principais discursos que incidiram nesse desenvolvimento e na forma particular da sua estruturação social e simbólica:

a) A preocupação com o que o comportamento e as maneiras dizem da pessoa pode considerar-se uma fase anterior a uma antropologia moderna, porque o corpo é concebido como superfície de representação, atua ainda como símbolo dominado pelo *discurso da urbanidade*, que não se concebe como um sistema experto, mas de caráter moral e estético de origem renascentista, no qual, dominam mesmo princípios como o da semelhança, em que o signo (corpo) é a coisa e a coisa, a alma.

O discurso da urbanidade encaixa em uma antropologia na qual o indivíduo não é a figura central, e sua subjetividade está subordinada, da mesma forma que sua identidade, ao fato de pertencer a uma comunidade em que primam relações de parentesco e laços sociais que se atualizam na relação cara a cara, alimentada em salões e lugares de encontro (teatros, parques, veraneios, lugares de recreação, tertúlias, trens). Ali se busca impor uma

doutrina altamente normatizada e ritualizada que guia a ação e na qual as posições pessoais, numa estrutura de classes, gêneros, idades e ofícios, fundam-se em princípios estéticos com repercussões morais cujo princípio de distinção brilha.

O problema que estabelece a Ilustração em sua fase republicana é o início de novas configurações democráticas que tornam mais agudos os mecanismos diferenciadores em uma sociedade necessitada de uma burguesia apta para fazer do progresso uma realidade. Mas, essa burguesia resistente a abandonar as prebendas nobiliárias aferra-se a conservá-las abrindo a porta a novos elementos: os conhecimentos acadêmico-científicos e especialmente a higiene.

O discurso da urbanidade começa então a perder no subcontinente seu fundamento católico, para aliar-se com a moral da higiene científica.<sup>26</sup> A urbanidade solidifica a identidade latino-americana na história: resgata do legado espanhol a dignidade da língua e da religião, cujas raízes se fundem no classicismo antigo. Mesmo assim, a urbanidade, em apego ao ordenamento social que lhe atribui ao catolicismo, formula uma definição de gêneros, idades e grupos sociais baseada em princípios estéticos modernos – o gosto, principalmente – para derivar destes hierarquias sociais caracterizadas por uma extremada rigidez e fundamento moral.

Por meio de uma gramática do corpo e de recorrer à ordem como princípio civilizador, a urbanidade consegue uma definição dos espaços vitais nos quais se deve desenvolver essa identidade. Trata-se de âmbitos familiares e sociais nos quais o seguimento estrito do seu regime impede o desenvolvimento das esferas íntimas e públicas. No seu sistema de inclusões, a urbanidade define os gêneros modernos: aquiescer aos títulos de senhor e senhora e à maturidade burguesa é o principal objetivo de um esforço dirigido às mulheres, forçadas a cumprir ao pé da letra as normas de civilidade e a fazer-se cargo da reprodução da ordem social. Como parte dessas normas e em atenção à ordem das idades, é à jovem que cabe a maior responsabilidade, pois no controle de sua sexualidade repousa a reprodução da população, bem como da ordem social e senhorial.

A urbanidade ocupa-se de erigir uma barreira intransponível entre o campo e a cidade para concentrar-se na vida citadina. Nela, atende aos grupos que potencialmente poderiam ingressar nas classes altas. Assim, sua filiação hispânica e católica supõe um princípio de exclusão que engloba todos os habitantes do campo: grupos étnicos, comunidades negras e camponesas, que, entre outros, são sancionados por critérios estético-morais de urbanidade.

b) Os discursos que colocam em circulação e que popularizam os conhecimentos *científicos* e *acadêmicos* introduzem o exercício reflexivo que se promove desde os sistemas expertos, neste caso provenientes de ciências e disciplinas como a higiene, a pedagogia,

a educação física e outras afins: medicina, biologia, física, química, ciências naturais e psicologia. Na antropologia moderna, o discurso da higiene batizou a fase inicial da modernidade. Mesmo o discurso pedagógico, que superaria o anterior a partir dos anos 40, do século XX, avançou à sombra dos princípios que introduziu a higiene.

A higiene propõe um uso específico do corpo, um conjunto de práticas que são entendidas como o princípio formador da pessoa e particularmente do cidadão. Para isso, a higiene isola o corpo de todo o contexto social e cultural, e o adota no sentido que a primeira Ilustração lhe deu: matéria biologicamente cognoscível por meio da anatomia e a fisiologia, alheia a toda determinação vivencial.<sup>27</sup> Do deslocamento antropológico, resultado do fato de se considerar o corpo exclusivamente por suas qualidades materiais, provêm as ordens modernas, nas quais as distinções se concretizam nos traços corporais auscultados pelas ciências: sexo (definição de capacidades, funções e deveres de homens e mulheres; rechaço de toda a expressão homossexual); idade (delimitação de grupos etários de acordo com o sexo e atribuição de habilidades, funções, limitações e capacidades cognitivas, emocionais e morais); raça (demonstração de qualidades de diferentes grupos raciais e étnicos, ordenamento evolutivo destes e de sua função dentro do projeto nacional e mundial); entorno (determinação de fatores geográficos e climáticos que incidem sobre o corpo e condicionam seu desempenho e o da pessoa).

Ao considerar o corpo segundo variáveis independentes do entorno social, mas determinantes para ele, a higiene e a medicina responsabilizam o indivíduo por sua saúde e por alcançar a dignidade de cidadão civilizado. Além da higiene, deve acolher a educação pedagógica, incluindo a física, para construir uma cidadania plena. Pessoalmente, os resultados são a prosperidade e a felicidade; nacionalmente, a civilização e o progresso.

O motivo destacado do qual se serve a higiene é a energia. Em torno do desenho de uma economia política da energia, seu discurso orienta-se na direção de formar o povo e as elites. É necessário salientar seu interesse pelo homem adulto, seja este trabalhador ou dirigente, e seu desprezo pelos grupos que margeiam a condição de minorias, que com frequência encerra em instituições especializadas (leprosos, sífilíticos, tuberculosos, alcoólatras, prostitutas, órfãos, pobres e vagabundos).

Para administrar a energia que o homem adulto gasta é necessário método, um princípio no qual as crianças devem ser formadas. A infância moderna é uma categoria que se requer àquela população que concentra a higiene para formar o adulto. Para cumprir e supervisionar esta tarefa surge um campo onde se entrecruzam o médico, o professor e a mãe. Este campo, no qual se encontram os âmbitos público e privado, o conhecimento científico e sua operacionalização na vida doméstica, responde também à forma como o Estado, por meio dos sistemas expertos, encontra uma entrada e um caminho para regula-

mentar a vida privada. Neste sentido, a mãe é o principal agente do discurso higiênico e da tarefa de produzir o corpo moderno. Neste campo, gesta-se também sua condição paradoxal de pivô da sociedade moderna e a ambivalente situação simbólica que a enaltece e subjuga.

A filiação desses discursos acadêmico-científicos é dupla: ocidental, na medida em que se ajustam e se mantêm atentos à evolução do conhecimento nos centros hegemônicos; e latino-americana, uma vez que aponta para a unificação dos países do subcontinente em sua luta contra a natureza – algumas vezes tida por bárbara e outras, por pródiga – e para a consolidação de nações, também em resposta ao desprezo a que foi condenada pelos países do Atlântico Norte.

c) As concepções que guardam os discursos *estéticos* e *estésicos*<sup>28</sup> provêm da segunda Ilustração, mas, com certa freqüência, ignoram seus efeitos sobre a explosão atual de fenômenos desta índole. Neles prima o interesse pelo desenvolvimento sensível por meio de sistemas que induzem a uma percepção correta dos sentidos (capacidade sensorial), assim como à ampliação da intensidade e da categoria das sensações (sensitividade), em honra de uma sensibilidade que aplique qualidades e juízos estéticos e instaure canais sociais de comunicação. A promoção desses discursos e das práticas que eles envolvem é evidente tanto nos métodos pedagógicos e na cultura física como no notório incremento da emocionalidade, no interesse pela personalidade, no erotismo e em todas as formas de estilização que buscam comunicar a sensibilidade.<sup>29</sup>

Os princípios e os valores semânticos dos discursos estéticos e estésicos têm origem na retórica, no cânone moral católico e no acúmulo de experiências corporais que puseram à disposição a evolução dos conhecimentos acadêmicos e científicos, da mesma forma que a industrialização e a tecnicização. Seu produto é a alteração ocorrida na hierarquia e o uso dos sentidos que não apenas podem se resumir em culturas visuais, mas também na ampliação do espectro sensorial, para incorporar de maneira mais ativa formas muito diferentes de conhecimento e experimentação corporal que envolvem os sentidos exteriores e os interiores.

Esses discursos dão preferência aos jovens e são pertinazes a uma clara atribuição de funções e capacidades segundo os sexos, uma vez que seu motivo central são as emoções ancoradas no corpo. Daí que a sua definição de grupos sociais continue identificando interesses estéticos e sensibilidades, feito que repetidamente se confunde com uma lógica democrática, quando, na verdade, prevalecem os juízos de distinção que operam sobre critérios tais como velocidade, intensidade ou juventude.

Os grupos excluídos pelos discursos estéticos e estésicos compõem-se pelos idosos e pobres do mundo, uma vez que a filiação de seus princípios é global na medida em que as tecnologias contemporâneas e os meios massivos de comunicação facilitam a expansão de sensibilidades calcadas em princípios e interpretações sensoriais que circulam sem interferências, ainda que com interpretações locais e usos particulares.

As expressões desses discursos na América Latina saltam à vista na proliferação das indústrias culturais, no desenho das políticas públicas, nas formas locais de inserção, em fenômenos culturais e tecnológicos mundiais, nas modalidades particulares de consumo, mas também na preservação de sistemas de distinção e de discriminação, cujo fundamento último se encontra na trajetória de superposição de sistemas de ordenamento simbólico e estruturação social que têm caracterizado as formas de biopolítica praticadas na região.

*Recebido em junho/2002; aprovado em julho/2002*

## Notas

\* Professora da Universidade de Bogotá D. C. – Colômbia

\*\* Doutoranda do Programa de Comunicação e Semiótica em Literatura Mexicana, PUC-SP

<sup>1</sup> SHILLING, C. *The Body and Social Theory*. Londres, Sage, 1997, pp. 127-149; LE BRETON, D. *Antropología del cuerpo y modernidad*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1995; CROSSLEY, N. Corporeality and communicative action: embodying the renewal of critical theory. *Body & Society*, v. 3, n. 1, pp. 17-46, 1997; WELSCH, W. Aestheticization processes. Phenomena, distinctions and prospects. *Theory, Culture & Society*, v. 13, n. 1, pp. 1-24, 1996; LOW, S. M. (1994). "Embodied metaphors: nerves as lived experience". In: CSORDAS, T. J. (ed.). *Embodiment and Experience: the Existential Ground of Culture and Self*. Cambridge University Press, 2000, pp.139-162; REDDY, W. M. Emotional liberty: politics and History in the Anthropology of emotions. *Cultural Anthropology*, v. 14, n. 2, pp. 256-288, 1999.

<sup>2</sup> JORDANOVA, L. *Nature Displayed. Gender, Science and Medicine 1760-1820*. Londres/Nova York, Longman, 1999, pp. 1-19.

<sup>3</sup> A concepção de corpo que proponho é a de um complexo antropológico que compreende os fenômenos biológicos (soma), emocionais (psique) e cognitivos (mente) em um todo integrado.

<sup>4</sup> BERTHELOT, J.-M. The Body as a discursive operator. Or the Aporias of a Sociology of the Body. *Body & Society*, v. 1, n. 1, 1995, pp. 13-23.

<sup>5</sup> Essa é, por exemplo, a sugestão da Antropologia Histórica. HAGER, F. (ed.) *Körperdenken: Aufgaben der Historischen Anthropologie*. Berlin, Reimer, 1996; LÉVY, D. *The Measure of Man. Incursions in Philosophical and Political Anthropology*. St. Albans, Claridge, 1993.

<sup>6</sup> MORIN, E. (1994). "La noción de sujeto". In: SCHNITMAN, D. F. *Nuevos paradigmas, cultura y subjetividad*. Buenos Aires, Paidós, pp. 67-85, 1998.

<sup>7</sup> LOCK, M. Cultivating the body: anthropology and epistemologies of bodily practice and knowledge. *Annual Review of Anthropology*, v. 22, pp. 133-155, 1993.

<sup>8</sup> EHRENSPECK, Y. "Aisthesis und Ästhetik: Überlegungen zu einer problematische Entdifferenzierung". In: MOLLENHAUER, K. e WULF, C. (eds.). *Aisthesis/Ästhetik: Zwischen Wahrnehmung und Bewusstsein*. Weinheim, Deutscher Studien Verlag, pp. 201-229, 1996; WEI.SH, op. cit., 1996.

<sup>9</sup> Esse procedimento não parece compartilhado pelos teóricos da sociologia do corpo, os quais, apesar de suas próprias afirmações, inclinam-se a favor de uma teorização principalmente especulativa. Ver, por exemplo, TURNER, B. "Recent developments in the theory of the body". In: FEATHERSTONE, M. et alii (Eds.). *The Body: social process and cultural theory*. Londres, Sage, 1991, pp.1-35.

<sup>10</sup> Vale a pena esclarecer que só o uso do qualificativo físico já nos remete a um conhecimento historicizado que caracteriza ao menos os últimos quatro séculos das sociedades ocidentais. Esta forma de conhecimento funda-se na distinção entre o caráter físico da matéria, suscetível de ser conhecido pelas formas científicas do conhecimento, e o caráter metafísico, peculiar à vida humana, que, ao mesmo tempo que designa o mais definitivo da condição espiritual do ser humano, resulta inapreensível para as formas racionais de conhecimento. Ainda assim, convém lembrar que, em outras tradições, essa divisão resulta totalmente inadequada para definir tanto o indivíduo como o corpo.

<sup>11</sup> GIDDENS, A. *Modernidad e identidad del yo: el yo y la sociedad en la época contemporánea*. Barcelona, Península, 1995; KAMPER, D. e WULF, C. *Die Wiederkehr des Körpers*. Frankfurt a. M., SUHRKAMP, 1982; Shilling, op. cit., 1997.

<sup>12</sup> Num sentido radical, a proclamação dos direitos humanos considera que o caráter propriamente humano se deriva do simples fato de viver, ação esta despojada de toda similitude com uma vida boa e, melhor, com um sentido restringido à vida biológica, de que provem o caráter do humano ou, ao menos, suas principais potencialidades. ROSE, N. The politics of life itself. *Theory, Culture & Society*, v. 18, n. 6, pp. 1-30, 2001.

<sup>13</sup> BOURDIEU, P. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge University Press, 1999.

<sup>14</sup> ARIÈS, P. *El niño y la familia bajo el antiguo régimen*. Madrid, Taurus, 1960; MAUSE, L. de. *The History of Childhood*. Nova York, The Psychohistory Press, 1974.

<sup>15</sup> BARRÁN, J. P. (1996). "El adolescente, ¿una creación de la modernidad?". In: *Historias de la vida privada en el Uruguay. El nacimiento de la intimidad. 1870-1920*. Uruguai, Taurus, t. 2, pp.174-199, 1996.

<sup>16</sup> Insisto: apenas a menção dessas quatro categorias põe em manifesto uma inserção cultural indissolúvelmente atada às noções das ciências ocidentais modernas e, por isso, à sua incidência nas possibilidades de que dispo-mos para nomear e compreender a experiência humana.

<sup>17</sup> JIMÉNEZ, J. Modernity as aesthetics. *Paragrana*, Berlim, v. 4, n. 1, pp. 173-183, 1995; SUMMERS, D. *The judgement of sense. Renaissance naturalism and the rise of aesthetics*. Cambridge University Press, 1994.

<sup>18</sup> BAUDRILLARD, J. "El más hermoso objeto de consumo: el cuerpo". In: *La sociedad de consumo: sus mitos, sus estructuras*. Barcelona, Plaza & Janés, 1974, pp.185-213; HELLER, A. e FEHÉR, F. *Biopolítica: la modernidad y la liberación del cuerpo*. Barcelona, Península, 1995.

<sup>19</sup> As experiências estéticas ordenam, administram e dotam de sentido o conjunto de percepções sensoriais que o corpo recebe por meio dos sentidos. Essa experiência sensorial é mais tarde valorizada esteticamente em razão do sistema de distinções que avaliza a ordem social.

<sup>20</sup> MAFFESOLI, M. *Elogio de la razón sensible: una visión intuitiva del mundo contemporáneo*. Barcelona, Paidós, 1997; MORIN, op. cit.

<sup>21</sup> GLOY, K. Das Verständnis der Natur. Bd. 2. Die Geschichte des ganzheitlichen Denkens. München, Beck, 1996.

<sup>22</sup> FOUCAULT, M. *Historia de la sexualidad*. 1. La voluntad de saber. Madri, Siglo XXI, 1984.



<sup>23</sup> GARCÍA, R. *Micropolíticas del cuerpo: de la conquista de América a la última dictadura militar*. Buenos Aires, Biblos, 2000; MIGNOLO, W. *The Darker Side of the Renaissance: Literacy, Territoriality & Colonization*. University of Michigan Press, 1995.

<sup>24</sup> Ao dito anteriormente deve-se agregar a situação existencial e simbólica dos pobres, dos camponeses, dos mestiços, dos marginalizados de todos os matizes de pele, tanto como os modernos e mundialmente reconhecidos trabalhadores, mulheres e loucos, entre outros, de cuja condição se dão conta, na modernidade, as teorias hegemônicas.

<sup>25</sup> Nesse sentido, o corpo não funciona como um lexema teórico, mas como vida humana que se produz em horários e que segue regras em seus movimentos e processos.

<sup>26</sup> LASCH, C. *Refugio en un mundo despiadado: reflexión sobre la familia contemporánea*. Barcelona, Gedisa, 1996.

<sup>27</sup> Merece um capítulo à parte a discussão sobre a teoria das raças e a eugenesia. Dentre os diversos debates que foram promovidos em torno do tema da raça como recurso explicativo, vários se afastaram desta afirmação. Entretanto, em linhas gerais, o desenvolvimento da medicina científica se deve à sua capacidade para isolar o corpo, pelo efeito do seu olhar clínico, das determinações morais e sociais que caracterizaram o conhecimento do corpo até a metade do século XIX.

<sup>28</sup> PEDRAZA, Z. G. *En cuerpo y alma: visiones del progreso y de la felicidad*. Bogotá, Universidad de los Andes, Departamento de Antropología, 1999.

<sup>29</sup> MAIFFESOLI, op. cit., 1997; WELLSCH, op. cit., 1996.